

CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA MANSA ESTADO DO RIO DE JANEIRO



PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS

Assunto: Mensagem n.º 20/2022

Autor: Prefeito Municipal de Barra Mansa

Ementa: "Dispõe sobre a Revisão do Plano Plurianual

para o período 2022/2025 ".

Trata-se de mensagem do Chefe do Executivo Municipal dispondo sobre

a Revisão do Plano Plurianual para o período de 2022 à 2025, conforme Projeto de Lei e

documentos anexos.

Inicialmente, cumpre-nos salientar que o Plano Plurianual (previsto no

artigo 165 da Carta Magna e regulamentado pelo Decreto n.º 2.829/1998) é um plano de

médio prazo que estabelece as diretrizes, objetivos e metas a serem seguidas, neste caso,

pelo Governo Municipal ao longo de um período de quatro anos.

O respectivo Plano Plurianual é aprovado por Lei quadrienal, sujeita a

prazos e ritos diferenciados de tramitação. Tem vigência do segundo ano de um mandato

presidencial até o final do primeiro ano do mandato seguinte. Também prevê a atuação

do Governo, durante o período mencionado, em programas de duração continuada já

instituídos ou a instituir no médio prazo.

Com a adoção deste Plano, tornou-se obrigatório ao Governo planejar

todas as suas ações e também seu orçamento de modo a não ferir as diretrizes nele

contidas, somente devendo efetuar investimentos em programas estratégicos previstos na

redação do PPA para o período vigente.





CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA MANSA ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A cada ano, será realizada uma avaliação do processo de andamento das medidas a serem desenvolvidas durante o período quadrienal – não só apresentando a situação atual dos programas, mas também sugerindo formas de evitar o desperdício de dinheiro público em ações não significativas. Sobre esta avaliação é que serão traçadas as bases para a elaboração anualmente da lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual.

No que se refere ao Projeto de Lei em comento, ou seja, na Revisão do Plano Plurianual, destacamos que a pretensa revisão está perfeitamente amparada pelo artigo 4º da Lei Municipal n.º 4.967/2021.

Desta forma, a Comissão de Finanças, tendo em visto as normativas em que foi embasada a presente Mensagem, principalmente os Preceitos Legais contidos na Lei n.º 4.320/64 e na Lei Complementar n.º 101/2000, é favorável à aprovação desta matéria pelo Plenário desta Casa Legislativa.

COMISSÃO DE FINANÇA E ORÇAMENTO

VICENTEDE PAULA F. JUNIOR

MARCOS ANDRÉ G. PITOMBEIRA

Membro

Vice-Presidente

GUSTAVO GOMES

Presidente

Raquel Cristina Gomes Supervisora Secretaria Matricula 2080